

---

## OBESIDADE E AS INTERVENÇÕES GOVERNAMENTAIS: ANÁLISE DE MACROCONTINGÊNCIAS E METACONTINGÊNCIAS\*

---

IVALDO FERREIRA DE MELO JUNIOR\*\*, ANNA CAROLINA GONÇALVES SOUZA\*\*\*, FÁBIO HENRIQUE BAIA\*\*\*\*, SÔNIA MARIA MELLO NEVES\*\*\*\*\*

*Resumo: este trabalho apresenta a visão analítico-comportamental nos três níveis de seleção de fatores relacionados à obesidade. São discutidos como cada nível de seleção determina comportamentos que produzem obesidade. A insuficiência da consideração da obesidade de modo individual é destacada. A atual epidemia da obesidade exige a consideração de fenômenos comportamentais no terceiro nível da cultura. Por fim, são discutidas políticas públicas que tentam intervir a partir da alteração de práticas culturais para alterar o atual status da epidemia da obesidade.*

*Palavras-chave: Obesidade. Políticas Públicas. Práticas Culturais. Macrocontingências. Metacontingências.*

A obesidade é considerada hoje uma epidemia mundial. Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), é uma consequência do excessivo acúmulo de energia dos alimentos ingeridos, nas células do corpo e de massa gorda (gordura) no organismo, caracterizada assim como uma doença (FLAHERTY, 1990).

A predominância do sobrepeso e obesidade vem aumentando significativamente tanto no Brasil como nos Estados Unidos. Cerca de 25% das crianças e adolescentes brasileiros estão acima do peso considerado saudável (HALPERN; RODRIGUES, 2006; SOUZA; HELLER, 2004).

---

\* Recebido em: 02.09.2014 Aprovado em: 20.09.2014.

\*\* Graduando de Psicologia. Pontifícia Universidade Católica de Goiás. E-mail: ifmelojr@gmail.com.

\*\*\* Graduanda de Psicologia. Pontifícia Universidade Católica de Goiás. E-mail: annacarolinags2013@gmail.com.

\*\*\*\* Doutor em Ciências do Comportamento. Professor Adjunto da Universidade de Rio Verde (UniRV). E-mail: fabio@unirv.edu.br.

\*\*\*\*\* Doutora em Psicologia. Professora Titular do Departamento de Psicologia. Pontifícia Universidade Católica de Goiás. E-mail: soniamelloneves@gmail.com.

Em 2008, 33,5% das crianças de cinco a nove anos atingiam o excesso de peso e, nos últimos 34 anos (1974-2009), o aumento de peso em adolescentes de 10 a 19 anos foi constante. Rapazes apresentaram aumento de 3,7% para 21,7%. Moças passaram de 7,6% para 19%. De 1974 até hoje, houve um aumento contínuo no excesso de peso e obesidade na população com a faixa etária de 20 anos ou mais. O crescente aumento da obesidade ocorreu mais de quatro vezes entre os homens, de 2,8% para 12,4% e mais de duas vezes entre as mulheres, de 8% para 16,9% (BRASIL, 2010).

O aumento do peso é explicado por múltiplos fatores etiológicos (BROWNELL; O'NEIL, 1999). Por este motivo, a epidemia mundial de obesidade é classificada como patologia prioritária para estudos científicos de diversas áreas. Essa prioridade decorre dos malefícios associados à obesidade. Além disso, os custos crescentes para os serviços de saúde com tratamentos de doenças associadas à obesidade é equivalente ao problema do tabagismo. Estes fatores fazem com que as estatísticas de preocupação com a obesidade supere as estatísticas de preocupações com problemas graves de saúde como desnutrição e as doenças infecciosas (OMS, 2001).

## FENÔMENOS SOCIAIS E O MODELO DE DETERMINAÇÃO COMPORTAMENTAL SKINNERIANA

Skinner (1981) propõe o modelo de seleção por consequências nas quais variáveis filogenéticas, ontogenéticas e culturais exercem pressão na determinação de comportamentos. As características filogenéticas selecionadas ao longo da evolução da espécie, são parte da explicação do porquê o organismo humano é tão suscetível a alimentos ricos em açúcares e lipídios. Isso, porque esses alimentos possuem alta capacidade de fornecimento de nutrientes, o que aumentou a probabilidade de sobrevivência dos organismos que eram sensíveis à esse tipo de alimento, sobreviveram em um ambiente com fontes limitadas destes compostos, contexto oposto a atual era dos produtos industrializados. A filogênese participa ainda na determinação do comportamento alimentar por meio dos comportamentos reflexos.

Na filogênese, os comportamentos são selecionados em função de sua capacidade de permitir a sobrevivência do organismo, pois a estabilidade do ambiente permite que certas respostas fixas sejam selecionadas ao aumentar a chance de sobrevivência de um organismo (MOORE, 2008). Assim, alguns eventos ambientais (i.e., estímulos) são capazes de eliciar respostas (i.e., mudanças no organismo). A relação fidedigna entre um estímulo (S) e uma resposta (R), na qual o estímulo elicia uma resposta é chamada de reflexo (DE SOUZA, 2001). Essas relações aumentam a chance de sobrevivência do organismo. Por exemplo, o bico do ceio da mãe na boca do infante elicia respostas de sucção. Assim, recém-nascidos que apresentavam essa capacidade inata tinham maior chance de sobrevivência se comparado a infantes que não possuíam essa capacidade.

Os reflexos podem ser aprendidos (PAVLOV, 1927). Essa relação ocorre em função de se contingenciar um estímulo incondicionado (US) – isto é, que elicia respostas de modo intato – a estímulos neutros (NS) – que não possuem a capacidade de eliciar a resposta - o que estabelece como um estímulo condicionado (CS) – um NS que após contingenciamento torna-se capaz de eliciar respostas similares as eliciadas pelo US a qual foi relacionado (RESCORLA, 1988). No caso do exemplo do recém-nascido, a visão do ceio da mãe – que antes não eliciava respostas – torna-se capaz de eliciar respostas de salivação no infante. A compre-

ensão da aprendizagem reflexa é importante para compreensão da obesidade, pois eventos ambientais neutros, podem se tornar CS efetivos em eliciar respostas como contração do estômago que participam na determinação do comportamento de comer. Assim, um indivíduo pode iniciar comportamentos de alimentação em função de tais contrações estomáticas apenas por ser exposto a uma situação ambiental (e.g., comida, cozinha, ou momento do dia) que foi relacionada com alimentos no passado. A filogênese contribui ainda na seleção de genótipos.

O segundo nível de seleção proposto por Skinner (1981) é a ontogênese (i.e., história de vida do organismo). Neste nível há um segundo tipo de seleção por consequências: a seleção do comportamento ocorre em função das mudanças ambientais produzidas pela resposta (ANDERY, MICHELETTO; SÉRIO, 2002). O comportamento selecionado em função das mudanças ambientais por ele produzidas, é conhecido como comportamento operante (SKINNER, 1953). O comportamento operante deve ter evoluído em paralelo a dois outros produtos das mesmas contingências de seleção natural: a susceptibilidade a certos tipos de consequências e um conjunto de comportamentos menos especificamente relacionados a estímulos eliciadores ou liberadores. Uma vez que uma espécie que rapidamente adquire comportamentos apropriados a ambientes específicos, tem menor necessidade de um repertório inato, o condicionamento operante poderia não apenas suplementar a seleção natural do comportamento, mas também substituí-la.

A análise do comportamento operante envolve a ferramenta conceitual da tríplice contingência (TODOROV, 2002). A tríplice contingência envolve a descrição da ocasião (i.e., um evento ambiental que antecede a resposta e está correlacionado com a consequência), uma resposta (i.e., mudança no organismo) e uma consequência (i.e., uma mudança ambiental) produzida por essa resposta. A análise é não linear, assim: (1) a consequência retroage sobre a resposta alterando a probabilidade de emissão futura de respostas similares; (2) a correlação entre ocasião e consequência, faz com que as respostas tendam a ocorrer mais frequentemente na presença dessas ocasiões do que em sua ausência (SÉRIO; ANDERY; GOIA; MICHELETTO, 2002).

As ocasiões acima descritas podem ser tanto parte do ambiente físico como parte de um ambiente social (i.e., o comportamento de outros organismos) (TOURINHO; VICHÍ, 2012). Skinner (1969) explica que instruções verbais que descrevam integralmente ou parcialmente, contingências comportamentais, devem ser compreendidas como regras. Tais regras, atuam como ocasiões para emissão de respostas. Como tais ocasiões, a efetividade de uma regra em evocar um comportamento depende de sua correlação com a consequência (GALIZIO, 1979).

O caráter instrucional é a função mais simples do comportamento verbal, ou seja, a forma pela qual um organismo leva outro a fazer algo. Quando falamos, mudamos o comportamento uns dos outros. No comportamento verbal, a ação ocorre em função da mediação das consequências pelo comportamento de outro organismo (CATANIA, 1999). O indivíduo aprende a se comportar verbalmente devido a estar inserido em um grupo. De acordo com Baum (2006), este grupo recebe o nome de comunidade verbal, isto é, grupos de pessoas que falam entre si, e devido a esta interação, reforçam as verbalizações umas das outras.

Um indivíduo pode ter seu comportamento de “alimentar-se” determinado pelas consequências dessa ação, como por exemplo, o sabor do alimento ou a diminuição de sensações aversivas em seu estômago. As regras podem atuar de modo a sinalizar quais alimentos

e quanto o alimento deve ser ingerido. Assim, um pai pode proferir uma regra como “você precisa comer todo o alimento para crescer forte” e a criança aprender a emitir esse padrão comportamental de comer todo o alimento. Assim, quando abrir um pacote de bolachas a criança comerá todo o conteúdo, mesmo que tenha se saciado após poucas unidades.

O comportamento de outro organismo também pode funcionar como ocasião para emissão de uma resposta operante. Uma das possibilidades é a modelação, na qual a aprendizagem de uma nova resposta ocorre em função da imitação do comportamento de outro organismo (CATANIA, 1999). Novamente, a manutenção desse comportamento dependerá de suas consequências. Um exemplo é o tipo de modelo alimentar que os pais oferecem para as crianças. Caso a família tenha como costume realizar suas refeições em conjunto, uma criança que observa seu pai evitar o consumo de vegetais e abusar de frituras, poderá aprender a emitir o mesmo comportamento do modelo parental. A manutenção desse padrão de preferência alimentar dependerá dos sabores das frituras, bem como de consequências liberadas por seu pai como “vegetal é ruim, não é filha?”.

O comportamento transmitido socialmente sobrevive por causa de suas consequências. No princípio da história da humanidade, a pessoa que aprendesse com outros a fabricar utensílios de pedra ou fogo, ou vestimentas, provavelmente, teria maior chance de sobreviver do que uma pessoa que não conseguisse aprender desta forma. Discriminar o comportamento de outros organismos, sejam eles da própria espécie ou de outras espécies, tem evidentes vantagens seletivas (CATANIA, 1999).

A participação de outros organismos na determinação do comportamento propiciou o desenvolvimento do terceiro nível de seleção do comportamento, isto é, a cultura (SKINNER, 1981). Neste nível os comportamentos são determinados pelo ambiente social, isto é, critérios de liberação de consequências estabelecidos por um grupo de pessoas. A manutenção desse ambiente social depende dos efeitos que os comportamentos geram, não apenas para o indivíduo que se comporta, mas para toda a sociedade (SKINNER, 1971).

A compreensão da determinação do comportamento em nível cultural permite compreender como agências de publicidade e mídia conseguem influenciar na determinação do comportamento alimentar. As culturas humanas, ao longo de seu desenvolvimento, refinaram as formas de controle do comportamento de seus membros. As agências de controle surgem a partir deste desenvolvimento, são versões refinadas do controle grupal, que resultam em maior êxito no gerenciamento do comportamento e seu poder vem de sua habilidade de controlar reforçadores específicos para os membros de um grupo social específico (DITTRICH, 2004). Essas agências são geralmente melhor estruturadas do que o grupo como um todo e normalmente atuam com maior sucesso. Quando o grupo categoriza o comportamento como “certo” ou “errado” com o objetivo de reforço ético, a agência governamental distingue o “legal” e o “ilegal” (SKINNER, 1953).

O comportamento é estabelecido como ilegal se traz consequências aversivas para a agência. Na medida em que o poder do governo deriva do grupo, as definições se aproximam daquelas de “certo” e “errado”. Mas devido a agência governamental agir principalmente por meio do poder de punir, destaca-se o “errado”. O governo utiliza seu poder para manter a ordem, com o propósito de limitar comportamentos que ameaçam a propriedade e as pessoas, de outros membros do grupo (SKINNER, 1953).

Um fator relevante para o desenvolvimento de uma agência governamental é a codificação de seus métodos controladores. Normalmente a lei tem duas características impor-

tantes. Primeiramente ela define o comportamento. Geralmente os comportamentos não são descritos topograficamente, mas em termos de seu efeito sobre outros, sendo este um objeto do controle governamental. E também define ou indica determinada consequência, normalmente punição. Desta forma a lei é então descrição de uma contingência de reforço mantida por uma agência governamental (SKINNER, 1953).

A manutenção dos critérios de certo ou errado, legal ou ilegal é uma maneira de produzir a perpetuação do ambiente social para além do tempo de vida dos organismos membros de um grupo social. Um modo de compreender de que modo o ambiente social é mantido (i.e., a cultural), envolve a análise de seleção de práticas culturais (GLENN, 1986). Há maior complexidade do comportamento social quando este é compreendido como componente de práticas culturais. Já que práticas culturais são definidas como a repetição e replicação de comportamentos similares, com ênfase no aspecto funcional para a produção de consequências para vários indivíduos que formam um grupo. As práticas culturais ultrapassam o conceito de comportamento social. Devido à transmissão cultural, esta característica indica que determinados comportamentos são passados entre indivíduos de uma geração e entre gerações na medida em que são relevantes para a preservação dessa mesma cultura (CARRARA, 2008).

O princípio básico para a análise de práticas culturais é a relação contingencial entre contingências comportamentais entrelaçadas (CCEs) e seus efeitos ambientais. Deste modo, as análises da seleção de práticas culturais descrevem como ocorre a seleção cultural. Isto é, a seleção de comportamentos no terceiro nível de seleção descrito por (SKINNER, 1953).

## PRÁTICAS CULTURAIS, MACROCONTINGÊNCIAS E METACONTINGÊNCIAS

Práticas culturais abrangem o comportamento operante de muitas pessoas, membros de uma cultura, e estão relacionadas à repetição deste comportamento semelhante, entre indivíduos da mesma geração e entre gerações. As práticas culturais são funcionalmente semelhantes aos operantes, ambos são selecionados por consequências (GLENN, 1991).

A replicação e transmissão de comportamento entre diferentes membros e gerações de uma sociedade ocorre por transmissão social. Assim, a aprendizagem de comportamento sociais que compõem as práticas culturais estão relacionadas a: (1) modelação; (2) exposição direta às contingências de reforço e (3) a regras (MELO; SÉNÉCHAL-MACHADO, 2013). Na seleção cultural, a imitação permite a transmissão de comportamentos entre gerações, devido à replicação do comportamento de outra pessoa, processo comum na aquisição de comportamentos sociais (GLENN, 1991). No comportamento modelado por exposição às contingências, a interação do organismo ocorre de forma direta sobre o ambiente e obtendo as consequências diretas dessa ação (SKINNER, 1969). Malott (1988) indica a grande relevância do comportamento governado por regras dentro das contingências comportamentais dos indivíduos de uma cultura, para a evolução e manutenção dos padrões culturais.

Além da transmissão social de comportamentos, a compreensão práticas culturais exige a análise do papel das consequências, não para os comportamentos individuais, mas para as CCEs. Pois como destacado por Skinner (1981), na seleção de práticas culturais, as consequências atuam nas práticas do grupo. Glenn (1986) propôs o conceito de metacontingência, que ao longo dos anos sofreu várias revisões (MARTONE; TODOROV, 2007).

A definição atual do conceito descreve a relação contingente entre CCEs, seus produtos agregados e as consequências culturais (VICHI; ANDERY; GLENN, 2009). O conceito de

metacontingências é útil como uma ferramenta conceitual para compreensão de fenômenos comportamentais que envolvem mais do que um organismo atuando sozinho (TODOROV, 2009).

Como apontado por Sampaio e Andery (2010), grande parte dos problemas sociais são constituídos dos efeitos das ações dos indivíduos (e.g., poluição, epidemias, pobreza) e não pelo comportamento em si. A emissão desses comportamentos pode ocorrer em grupo ou individualmente. E podem envolver topografias de comportamento similares ou não; além de serem controladas pelas mesmas consequências ou por diferentes efeitos ambientais.

O conceito de metacontingência tem sido útil para compreensão de diversos fenômenos culturais. Há diversos trabalhos que fizeram uso do conceito para compreensão de práticas culturais e intervenções para alteração dessas práticas. Sénéchal-Machado e Todorov (2009) realizaram um estudo sobre intervenção cultural que produziu uma nova prática cultural de respeito à faixa de pedestre em Brasília; Biglan and Glenn (2013) investigaram a saúde pública americana; Perozzi e Carrara (2012) analisaram as campanhas e programas de conservação de água, a partir dos princípios da Análise do Comportamento, incluindo o conceito de metacontingência. Bortoloti e D'Agostino (2007) descreveram a implementação de um programa para controle reprodutivo de animais. Todorov, Moreira, Prudêncio e Pereira (2005) realizaram um estudo sobre contingências e metacontingências no Estatuto da Criança e do Adolescente; e Martins (2009) analisou as contingências e metacontingências presentes nas Leis Orgânicas da Saúde.

Outro conceito de grande valia para compreensão analítico-comportamental de fenômenos culturais é a macrocontingência. Mallot e Glenn (2006) propõem o conceito de macrocontingência, que descreve recorrência de comportamentos individuais, em função de suas consequências individuais, mas que geram um produto agregado que não é determinante para a recorrência dos comportamentos envolvidos. Porém, este produto agregado pode funcionar como ocasião para mudanças em práticas culturais. Os índices de obesidades podem ser compreendidos como macrocontingências, isso porque os comportamentos de ingestão alimentar, a ausência de atividades físicas entre outros, são controlados por suas consequências diretas para o organismo que emite o comportamento. Um efeito dessas ações, mas que parece não selecionar tais comportamentos é o aumento do IMC do indivíduo que se comporta. Porém, os índices atuais de IMC na população e suas consequências deletérias na saúde pública não podem ser compreendidas apenas com efeito do comportamento de um único indivíduo. O IMC é um produto agregado gerado pelo efeito do comportamento individual de vários indivíduos.

Até o momento, a produção de conhecimento em Análise do Comportamento é eficiente para que ocorra, entre os analistas do comportamento, tentativas de alcançar maiores análises, mesmo que apenas especulativas de início, mas com intuito de compreender e analisar fenômenos culturais (MOREIRA; MARTONE; TODOROV, 2005). Desta forma, as intervenções realizadas no Brasil relacionadas com a temática da obesidade, que atualmente atinge uma parcela significativa de indivíduos na sociedade brasileira, podem ser analisadas com as ferramentas de metacontingência e macrocontingência. A partir desta observação, pode-se concluir se houve efeitos ou não para a população em questão.

Os conceitos de macro e metacontingências na análise da epidemia da obesidade

Os conceitos de metacontingência e macrocontingência são importantes contribuições para a análise de práticas culturais. Estes conceitos permitem analisar a epidemia

global da obesidade, uma prática cultural, identificada como uma macrocontingência, visto que ocorre a repetição de um comportamento específico sem que ocorra entrelaçamento de contingências, mas que gera produto agregado como o aumento de doenças relacionadas ao comportamento alimentar inadequado.

Uma possibilidade interpretativa das mudanças culturais ocorridas em relação a obesidade são as ações do governo do Brasil. Ao elaborar uma política pública (Política Nacional de Alimentação e Nutrição [PNAN]), que abrange questões associadas à saúde e alimentação de todo o país, o Governo Federal tenta intervir alterando práticas culturais alimentares. Somam-se aos princípios e diretrizes do PNAN outras Políticas como a Política Nacional de Atenção Básica e Política Nacional de Promoção à Saúde, no intuito de estabelecer a Saúde e a Segurança Alimentar e Nutricional. Esta política é a base do desenvolvimento de ações e programas que intervêm em determinados âmbitos da sociedade, de acordo com a discussão sobre a obesidade. O PNAN compõe o conjunto de políticas públicas que integra os Estados brasileiros, aprovada no ano de 1999, e propõe proteger, promover, respeitar e prover os direitos à saúde e alimentação. Realizada no Brasil, tem como ações estratégicas a Promoção da Saúde e da Alimentação Adequada e Saudável, Vigilância Alimentar e Nutricional, Prevenção e Controle de Agravos Nutricionais, Programa Bolsa Família e Pesquisa, Inovação e Conhecimento (BRASIL, 2012).

A promoção de estilos de vida saudáveis, como as práticas de alimentação benéfica, atividade física e controle do peso condiz com uma das diretrizes da Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) e também se agrega como um dos eixos estratégicos da Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS) que desafia a conjectura de uma ação transversal, constituída e intersetorial (BRASIL, 2012).

Diversas ações elaboradas, têm o sentido de incentivar a autonomia das pessoas para realizar suas escolhas e auxiliar a adoção de práticas alimentares saudáveis, como o Programa Saúde na Escola (PSE), Programa Academia da Saúde e o Programa Peso Saudável. Desta forma, tem-se como ponto o desenvolvimento de habilidades pessoais e capacitação, a constituição de ambientes favoráveis, como no contexto familiar, escolar e do trabalho, a motivação e a participação social, eixos em que são elaboradas as atuações da área (BRASIL, 2013).

O Programa Saúde na Escola (PSE), por meio de uma política intersetorial entre os Ministérios da Saúde e Educação, tem o intuito de prevenção, atenção e promoção da saúde no ensino básico público, através do contexto escolar e das unidades básicas de saúde executadas pelas Equipes de Saúde da Família. Seu objetivo é contribuir com o fortalecimento das ações e proporcionar o enfrentamento das vulnerabilidades que prejudicam o desenvolvimento das comunidades escolares (BRASIL, 2013).

As ações desenvolvidas pelo PSE são apresentadas por meio de componentes ou áreas temáticas de acordo com o conteúdo das ações, sendo promoção da saúde e prevenção de doenças e agravos (Componente I) com um dos itens a serem tratados como a Promoção da Alimentação Saudável (BRASIL, 2013).

O Programa Academia da Saúde foi criado em 7 de abril de 2011, decorrente de uma política do Ministério da Saúde que visa construir políticas e espaços de promoção da saúde local, reconhecendo os fatores sociais da saúde de acordo com a realidade local de forma a identificar a comunidade como atores principais nesta articulação (BRASIL, 2014).

Acompanhando os princípios norteadores do Sistema Único de Saúde (SUS), o programa tem o intuito de promover modos de vida saudáveis, por meio da construção de polos que oferecem equipamentos, infraestrutura e profissionais qualificados para a orientação

de atividade física, desenvolvimento de práticas corporais, promoção de educação alimentar e ações de segurança alimentar e nutricional, tal como outras temáticas que circundam a realidade local, além de práticas artísticas e culturais (BRASIL, 2014).

Foi lançado em 2011 o “Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas Não Transmissíveis no Brasil (2011-2022)” determinando o desenvolvimento de ações voltadas para os trabalhadores no ambiente de trabalho. O Programa Peso Saudável é uma ação do Ministério da Saúde, desenvolvido para os colaboradores deste Ministério (BRASIL, 2013).

Seu objetivo é o controle do peso e prevenção da obesidade no âmbito de trabalho, incentivando também a rotina de monitoramento do peso, adoção de práticas alimentares saudáveis, prática regular de atividade física e outras ações para a conscientização que leva a manutenção de um estilo de vida saudável, iniciando com o Ministério da Saúde como uma experiência modelo, sendo que outros órgãos públicos e empresas privadas, poderão implantar o programa (BRASIL, 2013).

Duas grandes ações comporão a intervenção, primeiramente será feito uso do software e ações de educação e promoção da saúde dentro das empresas, sendo este disponibilizado pelo Ministério da Saúde assim como o material instrutivo para a implementação da ação nos ambientes de trabalho. Em compensação a empresa poderá contribuir por meio de ações que fortaleçam a intervenção como a disponibilização de balanças nos locais de trabalho para a pesagem, grupos de apoio a atividades dentro do local de trabalho, e também alterar os cardápios dos refeitórios das empresas, oferecendo alimentos mais saudáveis (BRASIL, 2013).

A possibilidade de programas governamentais serem compreendidos a partir do conceito de metacontingência, permite entender se estes programas continuam a ocorrer em função de seus efeitos (i.e., as contingências comportamentais entrelaçadas geram produtos agregados e consequências culturais que os mantêm) ou se são mantidos por outras variáveis explicativas. Por exemplo, o número de pessoas contempladas pelo programa ou o índice de redução de obesidade entre participantes do programa podem basear interpretações de que estes elementos são produtos agregados que funcionam como critério para liberação de recursos (financeiros ou humanos) para manutenção/expansão dos programas. Esta análise permite identificar as relações entre eventos que produzem as consequências destes programas e quais possíveis contingências e metacontingências estão envolvidas.

## OBESITY AND THE GOVERNAMENT INTERVENTIONS: THE ANALYSIS OF MACROCONTINGENCIES AND METACONTINGENCIES

*Abstract: this work presents the behavior analitic view of factors related to obesity on the three levels of selection. The ways how each level of selection deterns behaviors responsible for obesity are discussed. The inadequacy of considering obesity on the individual level is pointed out. The current obesity epidemic needs to consider the behavior's third level of cultural selection. Finally the public policies which aim to change cultural practices altering the current status of obesity epidemic are discussed.*

*Keywords: Obesity. Public Policies. Cultural Practicies. Macrocontingencies. Metacontingencies.*



## Referências

- ANDERY, M. A. P.; MICHELETTO, N.; SÉRIO, T. M. A. P. O modelo de seleção por consequências a partir dos textos de B.F. Skinner. In: TEIXEIRA, A. M. S.; STARLING, R.; LÉ SÉNÉCHAL-MACHADO, A. M.; CASTRO, N. M. S.; CIRINO, S. D. (Orgs.). Ciências do Comportamento: conhecer e avançar. Santo André: ESETec Editores Associados, 2002. p. 151 – 163.
- BAUM, W. M. Compreender o Behaviorismo: ciência, comportamento e cultura. 2ª Ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- BIGLAN, A.; GLENN, S. S. Toward Prosocial behavior and environments: Behavioral and cultural consequences in a public health framework. In: MADDEN, G. J. (Editor-in-Chief) et al. APA Handbook of Behavior Analysis: translating principles into practice. American Psychological Association, 2013. P. 255 – 276.
- BORTOLOTTI, R; DAGOSTINO, R. G. Ações pelo Controle Reprodutivo e Posse Responsável de Animais Domésticos Interpretadas à Luz do Conceito de Metacontingência. Revista Brasileira de Análise do Comportamento, v.3, n.1, p.17-28, fev 2007.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Alimentação e Nutrição: Série B. Textos Básicos de Saúde. Brasília, 2012.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Academia da Saúde: Cartilha informativa. Brasília, 2014.
- BRASIL. Ministério da Saúde e Ministério da Educação. Programa Saúde na Escola: Manual Instrutivo. Brasília, 2013.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Manual para Implantação do Programa Peso saudável. Brasília, 2013.
- BRASIL. Ministério da Saúde e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009: Antropometria e Estado Nutricional de Crianças, Adolescentes e Adultos no Brasil. Rio de Janeiro, 2010.
- BROWNELL, K. D.; O'NEIL, P. M. Obesidade. In: Barlow, D. H. (Org.). Manual clínico dos transtornos psicológicos. Porto Alegre: Artmed, 1999. p. 355-403.
- CARRARA, K. Entre a utopia e o cotidiano: uma análise de estratégias viáveis nos delineamentos culturais. Revista Psicolg, Ribeirão Preto, v.1, n.1, p.42 – 54, 2008.
- CATANIA, A. C. Aprendizagem: comportamento, linguagem e cognição. Porto Alegre: Artmed, 1999.
- DE SOUZA, D. G. O que é contingência? In: BANACO, R. A (Org.). Sobre Comportamento e Cognição. v. 1. Santo André: ESETC, 2001. p.90 – 104.
- DITTRICH, A. Behaviorismo Radical, Ética e Política: Aspectos Teóricos do Compromisso Social. 2004. 465f. Tese (Doutorado) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, 2004. Disponível em: [http://www.academia.edu/5444425/Behaviorismo\\_Radical\\_Etica\\_e\\_Politica\\_Aspectos\\_Teoricos\\_do\\_Compromisso\\_Social](http://www.academia.edu/5444425/Behaviorismo_Radical_Etica_e_Politica_Aspectos_Teoricos_do_Compromisso_Social). Acesso em: 23 ago. 2014.
- FLAHERTY, J. A. Distúrbios Alimentares. In: Flaherty, J. A (Org.). Psiquiatria- Diagnóstico

e Tratamento. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990. p.153-154.

GALIZIO, M. Contingency-shaped and rule-governed behavior: instructional control of human loss avoidance. *Journal of the experimental analysis of the behavior*, v.31, n.1, p. 53 – 70, jan, 1979.

GLENN, S. S. Contingencies and metacontingencies: relations among behavioral, cultural, and biological evolution. In: Lamal, P. A. (Ed). *Behavior analysis of societies and cultural practices*. New York: Hemisphere Publishing company, 1991. p.39-71.39-71.

GLENN, S. S. Metacontingências em Walden Dois. In: Todorov, J.C.; Martone, R.C.; Moreira, M.B. (Orgs). (2005). *Metacontingências: comportamento, cultura e sociedade*. Santo André: Esetec, 1986. p. 13-28.

HALPERN, Z.; RODRIGUES, M. D. B. Obesidade Infantil. In: Nunes, A. M (Org.). *Transtornos alimentares e Obesidade*, Porto Alegre: ArtMed, 2006. p. 283-288.

MALOTT, R. W. Rule-governed behavior and behavioral anthropology. *The Behavior Analyst*, v.11, n.2, p.181-203, 1988.

MALOTT, M. E.; GLENN, S. S. Targets of intervention in cultural and behavioral change. *Behavior and Social Issues*, v.15, p.31-56, 2006.

MARTINS, A. L. A. O Sistema Único de Saúde: contingências e metacontingências nas leis orgânicas da saúde. 2009. 66f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília-DF, 2009. Disponível em: [http://bdt.d.bce.unb.br/tesed/simplificado/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=6455](http://bdt.d.bce.unb.br/tesed/simplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=6455). Acesso em: 10 mar 2014.

MARTONE, R. C; TODOROV, J. C. O desenvolvimento do conceito de metacontingência. *Revista Brasileira de Análise do Comportamento*, Pará, v.3, n.2, p.181-190, jul. 2007.

MELO, C. M.; SÉNÉCHAL-MACHADO, V. L. Análise Comportamental da Cultural, parte 2. In: MOREIRA, M. B. (Org). *Comportamento e Práticas Culturais*. Brasília: Instituto Walden4, 2004. p. 95 – 120.

MOORE, J. *Conceptual foundations of radical behaviorism*. Cornwall-on-Hudson, NY: Sloan Publishing, 2008.

MOREIRA, M. B.; MARTONE, R. C.; TODOROV, J. C. *Metacontingências: Comportamento, Cultura e Sociedade*. Santo André: ESETEC, 2005.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE – OMS. Obesity: Controlling the global epidemic. Net, 2001. Disponível em: <http://www.who.int/nut/obs.htm> Acesso em: 07 maio 2014

PAVLOV, I. P. *Conditioned Reflexes: An Investigation of the Physiological Activity of the Cerebral Cortex*. Translated and Edited by G. V. Anrep. London: Oxford University Press, 1927.

PEROZZI, G. R; CARRARA, K. Por Que Funcionam Limitadamente Campanhas e Programas de Conservação de Água? Uma Análise Comportamental. *Interação em Psicologia*, Paraná, v.16, n.2, p.199-210, jul/dez 2012.

RESCORLA, R. A. Pavlovian Conditioning: It's Not What You Think It Is. *American Psychologist*, Washington, v.43, n.3, p.151-160, mar 1988.

SAMPAIO, A. A. S; ANDERY, M. A. P. Comportamento social, produção agregada e prática cultural: uma Análise Comportamental de fenômenos sociais *Psicologia: Teoria e Pesquisa*,

Brasília, v.26, n.1, p.183-192, jan/mar 2010.

SÉNÉCHAL-MACHADO, V. L; TODOROV, J. C. A travessia na faixa de pedestres em Brasília (DF/ Brasil): exemplo de uma intervenção cultural. *Revista Brasileira de Análise do Comportamento, Pará*, v.4, n.2, p.191-204, may 2009.

SÉRIO, T. M. A. P; ANDERY, M A. P; GOIA, P. S; MICHELETTO, N. Controle de estímulos e comportamento operante: uma introdução. São Paulo: EDUC, 2002.

SKINNER, B. F. *Contingencies of reinforcement*. New York: Appleton-Century-Crofts, 1969.

SKINNER, B. F. *Ciência e Comportamento Humano*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2000. (Trabalho original publicado em 1953).

SKINNER, B. F. *Para além da liberdade e da dignidade*. Lisboa: Edições 70, 1971.

SKINNER, B. F. (1984). Selection by consequences. *The behavioral and brain sciences*, Illinois, v.213, n.4507, p.501-504, jul 1981.

SOUZA, R. F. et al. *Comportamento Alimentar: Influência Materna na Obesidade Infantil*. In: Brandão, S. Z. M; Conte, S. C. F; Brandão, S. F; Ingberman, Y. K; Moura, B. C. (Orgs.). *Sobre Comportamento e Cognição*. Santo André. ESEtec. Editores Associados, 2004. p. 435-444.

TODOROV, J. C. A evolução do conceito de operante. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*. Brasília, v.18, n.2, p.123-127, Mai/Ago 2002.

TODOROV, J. C. et al. Um estudo de Contingências e Metacontingências no Estatuto da Criança e do Adolescente. In TODOROV, J. C.; MARTONE, R. C; MOREIRA, M. B. (Orgs.). *Metacontingências: Comportamento, Cultura e Sociedade*. Santo André: ESEtec, 2005. p 129-147.

TODOROV, J. C. Behavioral analysis of non-experimental data associated with cultural practices. *Behavior and Social Issues*, Illinois, v.18, p.10-14, 2009.

TOURINHO, E.I Z.; VICHI, C. Behavioral-analytic research of cultural selection and the complexity of cultural phenomena. *Revista Latino Americana de Psicologia*, Bogotá, v.44, n.1, p.169-179, feb 2012.

VICHI, C; ANDERY, M. A. P; GLENN, S. S. A metacontingency experiment: effects of contingent consequences on patterns of interlocking contingencies of reinforcement. *Behavior and Social Issues*, Illinois, v.18, p.41-57, 2009.